



Guia dos Arquivos do Distrito de Évora: conhecer e salvaguardar

Jorge Janeiro

Arquivo Distrital de Évora, Portugal, jorge.janeiro@adevr.dglab.gov.pt

Resumo

A Sociedade da Informação assenta na facilidade de circulação e de acesso da informação propiciada pelas Novas Tecnologias. Projetos como o Portal Português de Arquivos, disponibilizado pela Rede Portuguesa de Arquivos (RPA), assumem-se como instrumentos privilegiados dos utilizadores dos arquivos que, através de um único ponto de acesso, pesquisam informação em vários repositórios. Atendendo a esta tendência, e uma vez que a RPA não esgota a necessidade de se obter conhecimento sobre todos os arquivos existentes, a Rede de Arquivos do Alentejo – Secção do Distrito de Évora (RAA-DE) decidiu avançar para a produção de um “Guia dos Arquivos do Distrito de Évora” onde constassem arquivos de instituições dos concelhos membros da RAA-DE. O projeto, de natureza incremental, visou a realização de um levantamento de alguns arquivos de cada concelho. A identificação é sucinta mas permite determinar que fundos existem, quem são os seus proprietários, onde se encontram, como podem ser consultados, as suas dimensões, datas extremas e legislação que os abrange. Este guia distrital suporta-se nos guias dos arquivos dos concelhos, o que pode vir a favorecer um papel mais interventivo dos municípios na proteção, tratamento e valorização dos inúmeros arquivos que existem nas suas áreas de intervenção.

Palavras-chave: guia de arquivos, arquivo, guia de fundos, Rede de Arquivos do Alentejo

Proposta

Introdução

A comunicação tem como objetivo divulgar o projeto do “Guia dos Arquivos do Distrito de Évora”, elaborado pela RAA-DE. O projeto é incremental e atende a uma estratégia de longo prazo cuja meta é identificar os arquivos mais relevantes de cada concelho, promovendo a sua proteção e o acesso à informação.

O projeto resultou da cooperação entre os municípios e o Arquivo Distrital de Évora. Em alguns municípios o levantamento de informação sobre os fundos documentais limitou-se aos existentes no Arquivo Municipal mas noutros foi já possível alargar o âmbito a arquivos custodiados por famílias e por pessoas coletivas e individuais do concelho. Num dos municípios, Reguengos de Monsaraz, o Arquivo Municipal, devido

a uma estratégia política com várias décadas, tem-se vindo gradualmente a tratar arquivisticamente e a digitalizar a documentação de várias entidades do concelho.

Assim, embora haja estádios bastante diversificados no distrito, o Guia dos Arquivos surge como instrumento de motivação para objetivos comuns e, sobretudo, como repositório para os utilizadores conseguirem, rapidamente, obter informação sobre a documentação existente em cada um dos concelhos aderentes.

Método

A elaboração do Guia dos Arquivos do Distrito foi coordenada pelo Arquivo Distrital mas a sua concretização resultou, em grande medida, dos contributos dos arquivos municipais. A metodologia foi relativamente simples, apontando em duas direções: a primeira foi proceder ao envio de uma nota explicativa do projeto às entidades cujos arquivos teriam relevância para serem integrados no Guia, solicitando-lhes o preenchimento da informação de cada um dos campos; a segunda foi o contacto direto com as entidades, seja por telefone ou presencialmente, o que incluiu em alguns casos a visita ao arquivo. O segundo método teve um grau de sucesso maior do que o primeiro. Contudo, em ambos os casos houve um conjunto muito significativo de entidades que, alegando questões de sigilo e de falta de meios, não acederam ao pedido. Houve, também, várias entidades, públicas e privadas, que não deram qualquer resposta.

Resultados

O projeto da RAA-DE teve como resultado concreto a produção da versão 0.1 do Guia dos Arquivos do Distrito de Évora, integrando arquivos dos concelhos de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsaraz.

Discussão

A sistematização de informação sobre os acervos arquivísticos existentes em cada concelho é um passo fundamental para a construção de um recenseamento nacional dos arquivos do país. Assim, a RAA-DE assumiu este Projeto como estruturante, fixando-lhe como principais objetivos:

- i) Identificar e inventariar genericamente os fundos existentes em cada concelho;
- ii) Salvar e divulgar o património arquivístico;
- iii) Facilitar o acesso à informação pública e privada.

Cada Guia deveria abarcar todos os arquivos, com interesse, existentes em cada concelho, permitindo um conhecimento mais aprofundado e uma maior valorização do património arquivístico local. A atuação dos municípios nesta área sai assim reforçada, gerando uma maior interação e cooperação entre o Poder Local e os diversos detentores das memórias locais. Os municípios ocupam, portanto, um lugar absolutamente central nesta matéria. A capacidade do Estado para realizar levantamentos com este detalhe é limitada e o movimento de descentralização que se tem vindo a desenrolar desde 1976, e que agora se pretende intensificar, coloca os municípios como atores principais na área da cultura.

O Guia dos Arquivos denota, também, um posicionamento mais reforçado do Arquivo Municipal no âmbito geográfico do concelho. Cabe-lhe a responsabilidade de dar a conhecer os diversos acervos arquivísticos, facilitando a difusão da informação e atuando, desse modo, como mediador entre os diferentes agentes do setor. A política arquivística nacional, ao responsabilizar os vários entes produtores de documentação, assenta numa lógica de subsidiariedade em que cabe aos municípios, no seu território, exercer as responsabilidades no que respeita à proteção, classificação e divulgação do património arquivístico e à prestação de apoio técnico. Os municípios são a primeira linha de intervenção que pode e deve garantir a salvaguarda, a valorização e o acesso aos arquivos produzidos pelas entidades neles sediadas, até porque é nesse espaço que os arquivos podem ser mais rentabilizados. Privar as populações do seu património arquivístico seria negar-lhes o direito usufruírem da sua própria identidade, pelo que aos municípios, como pilares da identidade local, compete defender e fomentar o sentimento de pertença à comunidade local.

A escassez de meios, sobretudo humanos e financeiros, é muitas vezes a justificação avançada para que os municípios não intervenham na área dos arquivos. Mas há exemplos, como Reguengos de Monsaraz, que dão alento face às dificuldades existentes. O facto de o poder político ter considerado os arquivos como uma área estratégica conduziu a que, através da articulação com várias entidades, fosse possível, ao longo de quase duas décadas e com meios bastante reduzidos, ter os principais arquivos do concelho tratados.

Agora, o que se pretende é realizar uma identificação sumária dos fundos documentais através dos seguintes campos: fundo; âmbito e conteúdo; entidade produtora; entidade proprietária; tipo de entidade; utilidade pública; classificação; entidade responsável pela custódia; acessibilidade; morada; instrumentos de descrição documental; entidades ou fundos relacionados; contactos; datas extremas; dimensão; responsável.

Estes campos permitem identificar o fundo, as entidades produtoras, proprietárias e responsáveis pela custódia, saber como se processa o acesso, qual a dimensão e as datas extremas da documentação e a legislação que determina se esta deve ser alvo de avaliação arquivística e se está, ou não, classificada como bem cultural.

O projeto alcançou a versão 0.1 mas a intenção é dar-lhe continuidade no futuro através da produção de novas versões que alarguem o número de arquivos identificados e de municípios abrangidos. A integração de arquivos no guia não interfere com as regras de acesso existentes na lei ou definidas pelos proprietários privados, pelo que não há alterações nesse domínio.

Conclusões

O “Guia dos Arquivos do Distrito de Évora” assenta numa visão estratégica de longo prazo que visa facilitar o acesso à informação pública e privada e salvaguardar o património arquivístico da região. O guia resulta de um levantamento levado a efeito pelos municípios com o apoio do Arquivo Distrital de Évora e promove uma maior

intervenção das edilidades nas políticas de arquivo. A metodologia escolhida colocou em contacto, em alguns casos, os arquivos municipais com as entidades produtoras e detentoras dos respetivos concelhos, levando-os a ter uma maior interação com a comunidade. É este posicionamento de agentes dinamizadores da cultura e intermediários da informação ao nível local que, progressivamente, se pretende consolidar de modo a garantir que os arquivos são protegidos, tratados, fruídos e consultados no futuro.

Referências